

# Congresso terá semestre difícil

BRÁSILIA  
AGÊNCIA ESTADO

Depois de um primeiro semestre essencialmente político, marcado principalmente pela aprovação da emenda 25, que introduziu profundas alterações nos planos partidário e eleitoral, o Congresso Nacional pode ter um segundo semestre eminentemente econômico, dominado pelas discussões em torno da dívida externa e das medidas internas que terão de ser tomadas para conter a inflação.

A pauta política não está, contudo, esgotada. Estão por ser votadas, ainda, a mensagem presidencial convocando a Assembléa Nacional Constituinte e as alterações no Código Eleitoral e na Lei Orgânica dos partidos políticos, preparadas pela mesma comissão interpartidária que elaborou a emenda 25. Essas deverão ser as principais matérias políticas do semestre.

Resta ainda, na área legislativa, muito do chamado "entulho autoritário", a começar pelas restrições constitucionais subsistentes ao próprio exercício da atividade parlamentar e pela Lei de Segurança Nacional. Mas como o mais urgente já se conseguiu, que eram a eleição direta para presidente da República, eleição para prefeito nas capitais e nos municípios das chamadas áreas de segurança nacional e nas estâncias hidrominerais, além da liberalização da legislação eleitoral e partidária, o restante poderá talvez ser adiado e, em parte, deixado para a Constituinte.

Até porque neste segundo semestre o Congresso deverá estar esvaziado — mais do que normalmente — devido às eleições de 15 de novembro. Muitos deputados e senadores não poderão deixar de participar ativamente da campanha eleitoral, pois uma vitória agora na capital significa a conquista de uma posição muito vantajosa para as eleições do ano que vem, quando estará em jogo a sucessão estadual. Em agosto, quando se reiniciarem os trabalhos parlamentares, certamente será feito um esforço para votar a mensagem de convocação da Constituinte e a complementação da reforma da legislação eleitoral e partidária, porque a partir de setembro dificilmente se conseguirá número para deliberações na Câmara e no Senado.

E essa será uma preocupação a mais para o governo, que poderá precisar da aprovação de medidas que estão sendo preparadas para a área econômica. Preocupação a mais, porque o presidente José Sarney já está apreensivo com o enfraquecimento de sua base de sustentação parlamentar. Na verdade, ele nunca chegou a ter essa base, ao menos no sentido de poder contar, no Congresso, com uma força majoritária e unida para aprovar as suas proposições. Parte do PMDB nunca se sentiu "no governo".

Esse quadro, se no final do semestre passado já era preocupante, do ponto de vista do Palácio do Planalto, agravou-se com os atos preliminares da eleição de 15 de novembro, que foram as convenções municipais realizadas pelo

PMDB. O partido, que resistira aos duros anos de autoritarismo, mantendo sempre a sua coesão, não saiu ileso desse primeiro embate interno sob um quadro liberalizado. Começou a largar pedaços. Um grupo está indo para o PSB, outro para o PDT. O mais grave, segundo alguns experientes políticos, é que a dissidência atingiu o núcleo ideológico da agremiação.

Tudo isso estará refletido no Congresso Nacional a partir de agosto. Com quantos deputados se apresentará a bancada do PMDB? E a do PFL? E a do PDT ou do PTB? Abriu-se, muito mais cedo do que se imaginava, e do que gostaria o Palácio do Planalto, a temporada das mudanças, das trocas de partidos. Diante disso, como ficará a base parlamentar do governo? Não se espera que os governadores possam remediar a situação. Quantos votos pode, cada um deles, garantir na Câmara e no Senado? Há bancadas inteiras rompidas com os respectivos governadores. O principal articulador do movimento dos governadores, Franco Montoro, talvez não possa oferecer meia dúzia de votos num total de 30 deputados federais do PMDB de São Paulo.

E os assuntos econômicos que estarão em discussão no segundo semestre, principalmente os relacionados com a negociação da dívida externa, podem levar a novos abalos na base parlamentar governista.

O segundo semestre parlamentar estará colocando, assim, para o presidente Sarney, a necessidade de buscar novos apoios no Congresso Nacional.

Ary Ribeiro